

Ata da Sexta Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de março de dois mil e treze, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador William de Souza Silva para proferir o seguinte texto: Livro do Eclesiástico – Capítulo 6 – versículo 5-17: “Palavras afáveis aumentam os amigos, e fala amável encontra acolhida. Tenha muitos conhecidos, mas um só confidente entre mil. Se você quiser um amigo, coloque-o à prova, e não vá logo confiando nele. Porque existe amigo de ocasião, que não será fiel quando você estiver na pior. Existe amigo que se transforma em inimigo, e envergonhará você, revelando suas coisas particulares. Existe amigo que é companheiro de mesa, mas que não será fiel quando você estiver na pior. Quando tudo correr bem, ele estará com você, mas quando as coisas forem mal, ele fugirá para longe. Se você for apanhado pela desgraça, lhe dará as costas e se esconderá de você. Mantenha-se longe de seus inimigos e seja cauteloso com os amigos. Amigo fiel é proteção poderosa, e quem o encontrar, terá encontrado um tesouro. Amigo fiel não tem preço, e o seu valor é incalculável. Amigo fiel é remédio que cura, e os que temem ao Senhor o encontrarão. Quem teme ao Senhor tem amigos verdadeiros, pois tal e qual ele é, assim será o seu amigo.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do

Prefeito Municipal, das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo cinco contrários dos Srs. Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, Gerson Antonio e William de Souza Silva; a seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 019/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que inclui o inciso XV, dá nova redação ao § 2º, do art. 15, e ao parágrafo único do art. 27, da Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 020/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que institui, no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS Municipal, e dá outras providências; 3. Ofício DER nº 022/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; sobre o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências, depois de lidos, foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 0147/2013, acusando recebimento das seguintes Indicações nºs.: 70,91, 92, 93, 94, 104 e 105/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 71, 106 e 107/2013 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 72 e 73/2013 do Sr. Fábio Augusto Pina; 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 99, 100, 101, 126, 127, 128 e 129/2013 do Sr. Gerson Antonio; 85, 86, 87, 88 e 89/2013 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco; 90/2013 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Gerson Antonio e Ângelo Roberto Torres; 95/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos; 96, 97, 103/2013 do Sr. David Hilário Neto; 98/2013 do Sr. Fábio Augusto Pina e Luiz Gustavo Gothardo; 102/2013 do Sr. Gerson Antonio e William de Souza Silva; 108 e 109/2013 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116 e 117/2013 do Sr. William de Souza Silva; 118/2013 do Sr. Adilson José Abracez e Luiz Gustavo Gothardo; 119, 120 e 121/2013 do Sr. Adilson José Abracez; 122 e 123/2013 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo; 124 e 125/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao

Executivo Municipal informações sobre o Programa de Castração de Cães e Gatos (se existe no Município, e caso não existir, quais medidas estão sendo tomadas para o controle populacional de animais); 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando à ASAMAS informações se ha médicos suficientes para atender à demanda do Hospital; se faltam especialistas em Dermatologia, Cirurgia Cardiovascular e Endocrinologia; se a falta de médicos dificulta o agendamento de consultas e quando será normalizado o atendimento; 3. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre as Políticas Públicas para o Idoso, no Município; 4. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando à CPFL Jaguari informações dos motivos das quedas de energia que ocorrem na Estrada a Fazenda Santa Francisca do Camanducaia no Bairro Guedes de Baixo; 5. Do Sr. Adilson José Abruze solicitando à Telefônica do Brasil S/A – Vivo manutenção dos cabos da rede telefônica na Rod. André Franco Montoro, nas proximidades do Condomínio Ana Helena; 6. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Delegado de Polícia Titular de Jaguariúna informações sobre quais providências estão sendo tomadas quanto ao suposto indivíduo que está rondando pela cidade, em especial nas creches e escolas, ameaçando as crianças; 7. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa de Leis por que ainda não foram disponibilizados os uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino; 8. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre utilização da rua Tomaz Jasso em frente à FAJ, sentido balão da CPFL que está sendo utilizada no período noturno como estacionamento dos ônibus fretados que transportam alunos daquela faculdade.

Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal conceder transporte escolas para as crianças do Bairro Roseira de Baixo que estudam na E.M. Dr. Franklin de Toledo Piza Filho, nos respectivas horários de 12h30, entrada e 17h30 saída dos alunos; 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar o asfalto e tapar os buracos das ruas Joaquim Bueno, Bairro Santa Cruz e José Frazato, no Jardim Santo Antonio; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal instalação de iluminação na Estrada da Capitinga, bairro de Guedes; 4. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal criação da Oficina Ocupacional para Deficientes Mentais, através de convênio com a APAE (encaminha minuta de projeto de lei); 5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal recapear o asfalto da Avenida Antonio

Pinto Catão, na extensão do Estádio Municipal Alfredo Chiavegato, até próximo à Ponte Férrea da Vila Miguel Martini; 6. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal efetuar a cobertura da quadra de esportes da Vila Guilherme Giesbrecht; 7. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal limpeza dos bueiros e tubulações de esgoto do bairro Jardim Pinheiros; 8. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal instalação de iluminação pública na Estrada da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia; 9. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal colocação de uma lixeira na Praça Mogi Mirim, ao lado do quiosque, substituindo a já existente; 10. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo, solicitando ao Executivo Municipal corrigir a deficiência na iluminação pública, trocando as lâmpadas queimadas na estrada de acesso ao Condomínio Ana Helena; 11. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal reforçar patrulhamento noturno da Guarda Municipal, nas imediações do Condomínio Ana Helena; 12. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal melhorias que especifica na Praça Brasília (substituir grama do playground por areia; instalar mais dois conjuntos de balanços; manutenção da iluminação); 13. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal dar continuidade aos Bailes da Terceira Idade; 14. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal modernização e a uniformização de todo mobiliário urbano (abrigo de ônibus) da cidade; 15. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal construção de um portal na entrada e saída da cidade; 16. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal manutenção e iluminação das ruas e no Pátio da E.M. Pref. Adone Bonetti do bairro Roseira de Cima; 17. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal implantação da Ginástica para terceira idade nos parques de nosso Município; 18. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal implantação do Projeto “Infovias” Internet de graça no Município; 19. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal que ao denominar uma rua ou logradouro público, lembre-se da pessoa do Sr. Armiro Tolentino Brito; 20. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal manutenção de toda a Praça Santa Mercedes, no bairro Nova Jaguariúna, em especial na área da quadra lá existente; 21. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal intensificar a ronda da Guarda Municipal na Praça dos Imigrantes, no bairro Nova Jaguariúna; 22. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal recapear toda extensão da rua João

Voltan, no bairro Nova Jaguariúna e construção de lombadas em pontos estratégicos; 23. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal retirar entulhos dos bairros; 24. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal molhar as ruas dos bairros Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta; 25. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal manutenção na rede de iluminação da Avenida Pacífico Moneda, no bairro Vargeão; 26. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal instalação de um semáforo no cruzamento das ruas José Alves Guedes com Bahia; 27. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Itapira, no bairro Roseira de Cima; 28. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal medidas que especifica na rua José Bonifácio, na Vila 7 de Setembro (alteração mão de direção; construção de lombada); 29. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal alteração de trânsito na rua Vigato, na Vila Miguel Martini, sentido de mão única de direção; 30. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos em todo o bairro São José, em especial na rua Panini; 31. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal instalar um Observatório Astronômico neste Município; 32. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal construção de mais quadras de vôlei de areia em nosso Município; 33. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal a inclusão no calendário de aniversário da cidade, apresentações da Esquadrilha da Fumaça; 34. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Cândido Bueno, altura do nº 428, próximo ao cruzamento com Rua Maria Ângela, no bairro Berlim; 35. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal limpeza dos terrenos do bairro Jardim Europa. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres de congratulações e louvor ao Sindicato dos Metalúrgicos – SindMetal – por participar ativamente da luta das mulheres, homenageando, informando e conscientizando através do evento realizado no dia 8 de março. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001531/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 75.735,00; 2. Comunicado CM nº 011758/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 77.340,00; 3. OFC-DR.1 Nº 0125 de 11/03/2013 do Diretor da DR.1 do Departamento de Estradas de Rodagem dando resposta ao Requerimento nº

003/13 do Sr. Adilson José Abrucez solicitando informações sobre a duplicação da Rod. SP-95, no trecho da saída de Jaguariúna, no sentido Pedreira até o acesso ao Bairro Jardim Florianópolis e envio da cópia do projeto; 4. Ofício 067/2013 do Secretário Executivo do Consórcio PCJ dando informações sobre o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e solicitando indicação de representante da Câmara Municipal para tal Conselho; 5. CT PL R\*RB 45/2013 do Gerente Regional da Telefônica/Vivo dando resposta ao Requerimento nº 001/2013 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando a instalação de um orelhão na Praça Augusto Chiavegato, ao lado da Caixa Econômica Federal; 6. Cartão do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá acusando recebimento da Moção nº 002/2013 do Sr. Luiz Carlos de Campos (Bozó) de apelo para que seja alterada a legislação federal, dando a possibilidade à pessoa física que utilizar desconto simplificado na declaração de imposto de renda, para também poder doar parte do imposto apurado sobre a renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente; 7. Carta do Diretor do Site de Paulínia da Rhodia Solvay Grup comunicando reestruturação de sua organização, com a finalização do processo de incorporação das atividades da Rhodia em todo o mundo, entre outras informações. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o Programa de Castração de Cães e Gatos (se existe no Município, e caso não existir, quais medidas estão sendo tomadas para o controle populacional de animais), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando à ASAMAS informações se há médicos suficientes para atender à demanda do Hospital; se faltam especialistas em Dermatologia, Cirurgia Cardiovascular e Endocrinologia; se a falta de médicos dificulta o agendamento de consultas e quando será normalizado o atendimento, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre as Políticas Públicas para o Idoso, no Município, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando à CPFL Jaguari informações dos motivos das quedas de energia que ocorrem na Estrada a Fazenda Santa Francisca do Camanducaia no Bairro Guedes de Baixo, em votação foi o mesmo aprovado

por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Adilson José Abracez solicitando à Telefônica do Brasil S/A – Vivo manutenção dos cabos da rede telefônica na Rod. André Franco Montoro, nas proximidades do Condomínio Ana Helena, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Delegado de Polícia Titular de Jaguariúna informações sobre quais providências estão sendo tomadas quanto ao suposto indivíduo que está rondando pela cidade, em especial nas creches e escolas, ameaçando as crianças, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa de Leis por que ainda não foram disponibilizados os uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre utilização da rua Tomaz Jasso em frente à FAJ, sentido balão da CPFL que está sendo utilizada no período noturno como estacionamento dos ônibus fretados que transportam alunos daquela faculdade, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres de congratulações e louvor ao Sindicato dos Metalúrgicos – SindMetal – por participar ativamente da luta das mulheres, homenageando, informando e conscientizando através do evento realizado no dia 8, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por seis minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo de fazer um convite aos nobre Pares e à População, que no dia vinte e dois, ocorreria no Teatro, a partir das nove horas da manhã, o lançamento da Maratona das Águas, um evento que ocorria no Circuito das Águas, e o lançamento seria em Jaguariúna, e que era sexta-feira, a partir das nove; teria um café da manhã, e em seguida, a apresentação do Circuito; desejou boa noite a todos; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina, que a passou; tomou a palavra o Sr. Gerson Antonio que cumprimentou a todos, dizendo de deixar claro aos Colegas, que não foi por causa da visita no Hospital que ele tinha feito seu requerimento, porque tinha alguns Colegas olhando meio atravessado para ele, disse ao Neguita, e que se alguém não sabia, que ele tinha dois filhos com diabetes, eles usavam o Hospital, o endocrinologista, sempre, a cada dois meses estava trocando, e que devido a ter só um endócrino, recebia uma oferta melhor, onde ele tinha que atender menos paciente, ele iria embora, e com isso quem

perdia era o paciente, ele não criava aquele vínculo com o médico, e chegava lá, toda vez tinha que ficar fazendo aquela entrevista para saber o que teve, o que estava acontecendo, para começar o tratamento, e que tinha sido esse o motivo do requerimento, não foi aproveitando visita no Hospital, nem nada disso, mesmo porque ele não precisava disso; comentou sobre sua outra indicação para a Roseira de baixo, pedindo transportes para as crianças, do bairro da Roseira até ali, e que tinha criança que começava a estudar no primeiro ano, com seis anos de idade, ela ia a pé, tinha muitas mães que trabalhavam, e ela deixava o filho acompanhar outra criança maior para vir, e que na hora do sol quente, era sol quente, naqueles dias, chuva, e por isso pedia ao Prefeito que pudesse conceder o transporte e facilitar a vida dessas crianças e das mães, também; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, fazendo um convite, no dia vinte e nove, semana que viria, sexta-feira santa, iria ter aquela caminhada do “Amigos do Salvador”, e se ele não se enganava, neste ano, seria a décima quarta caminhada, ou melhor, a décima quarta edição, e que ela saía da Igreja Matriz, a mais recente, a Igreja nova, ia pelo Tanquinho até Pedreira, era uma caminhada de vinte e três quilômetros, aproximadamente, e que no ano anterior tinha em torno de mil pessoas, e que seria interessante os Vereadores participarem, as pessoas presentes e também estar convidando para que sempre fosse aumentando, também, era uma caminhada ecológica “Amigos do Salvador” e que era em homenagem a uma pessoa que tinha dado início à caminhada, e faleceu, o Salvador, e o pessoal estava homenageando-o e deu esse nome à Caminhada, e que era importante que as pessoas, era uma caminhada ecológica, também, e que estava divulgando para as pessoas que participavam, além de apreciar a beleza que tinha essa região, também pedir para as pessoas que não jogassem as coisas, e que, às vezes as pessoas participavam, pegavam copinho, garrafinha, e acabavam jogando, às vezes, no mato, jogava na estrada, então, era importante que eles fossem orientando para que não acontecesse esse tipo de coisa, e aproveitando, também, em relação a esse tipo de coisa, tinha passado um email, no ano passado, para a AmBev, e que se eles tivessem a oportunidade de passarem pela Avenida Antártica, era um absurdo de material descartável, reaproveitável, poderia falar assim, matéria reciclável, que as pessoas jogavam ali, e que passavam de carro, era garrafinha, sacolinha, era um absurdo, e que tinha boca de lobo ali, quando chovia, o destino daquilo ali era no rio; disse que seria interessante, e que ele estava para fazer uma indicação neste sentido, e solicitar, também, que a Secretaria da Educação, através das crianças, nas escolas, comesse a fazer debate sobre

esse tema, porque infelizmente, era uma coisa que ocorria e precisava ser mudado, e que, às vezes, viam algumas matérias na televisão, os países da Ásia, da Europa, e que ficava até com inveja, de ver a limpeza que eram esses locais, e que sabia que era uma questão de cultura, e que precisavam estar batendo nisso, conversando, ter bastante palestra para que eles conseguissem mudar essa realidade, através da Educação, por isso que ele achava interessante campanhas neste sentido; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo que cumprimentou a todos, dizendo que eles tinham recebido do Governador, no começo do ano, e que eles tinham feito um pedido, ele e o Adilson, que foi respondido, para uma ETEC, e que tinha sido respondido, já estava com uma tratativa da Prefeitura, e que tinham grandes chances de uma construção de uma ETEC na cidade, e que achava isso muito bom, porque para o primeiro emprego, se a pessoa saísse capacitada, como técnico, muitas indústrias estavam precisando, e a ETEC vinha com o fundamento para capacitar para as indústrias na cidade e na Região, e que achava importante, e que hoje eles tinham o SENAI, também, que já fazia esse curso, mas a ETEC era uma preparação, uma escola forte do Centro Paula Souza, do Governo, e que achava que era um benefício para a cidade; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria de fazer algumas observações em algumas questões, primeiro, na questão que eles vinham recebendo muito, no gabinete deles, e que tinha sido ali até um motivo de polêmica, a questão deles terem votado em regime de urgência, a questão da formação da Comissão para regularização da questão da autorização da medicação; disse que sabiam que isso tinha sido recente, mas que tinham recebido muita gente, reclamando de falta de medicação, e medicação controlada, e que ela só queria deixar ali um alerta, para que isso fosse visto com mais atenção, porque todas as medicações eram importantes, mas a medicação controlada, a pessoa não podia ficar sem nenhum dia, e que vinham recebendo muitas reclamações; disse de deixar também um documento ali, e que ela não pôde estar na visita do Hospital, por um motivo óbvio, ela estava lá paparicando o nascimento da neta dela, mas que gostaria de agradecer o convite, e disse que confiava muito na equipe que estava lá no Hospital Municipal, achava que a Organização ASAMAS, era uma organização que ela tinha participado da fundação, assim como algumas outras pessoas ali, e que a administração, hoje, do Hospital, tinha seu total apoio, Sr. Laercio, Dr. Muraro, Sr. Manoel, eram pessoas que eles conheciam o trabalho, e que já teve a oportunidade de conhecer, e que queria deixar ali o seu apoio à Equipe e agradeceu, infelizmente, não pôde estar lá, mas queria, ainda, fazer

uma visita, e deixou seu agradecimento ao convite; outra questão, era sobre a questão ambiental, o Bozó tinha falado, e várias pessoas vinham lhe procurando, e que o Zidane também tinha feito um requerimento, e que ela tinha feito um igual, a respeito da coleta seletiva, da reciclagem, e que eles tinham um programa que se chamava “Jaguariúna Saudável”, e que esse programa era um programa que tinha dado resultado, e deixou ali o seu pedido para que nisso fosse dada uma atenção bastante grande, e talvez retomar este programa, que deveria englobar as escolas, o Município, as ONGs, enfim, a própria Cooperativa, que, hoje, infelizmente, ficou muito a desejar nestes anos, e que não deixava de ser um programa de inclusão social, e que precisava do apoio deles; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco, que a passou; tomou a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos, dizendo de justificar algumas de suas indicações que tinha colocado na Sessão, e que não foi feita a leitura da justificativa, e que queria explicar para todos, em especial, queria falar da Esquadrilha da Fumaça, o show da Esquadrilha, que era um evento, que rodava ao Brasil inteiro aí, tinha uma aceitação muito boa, recentemente tinha tido em Pedreira, e que teve dez mil pessoas que acompanharam, e que achava que seria viável para Jaguariúna, e que ele tinha pedido especial na semana de aniversário da cidade, mas se não desse, poderia ser outra data, pediu à Secretaria Competente, que pudesse trazer esse benefício para eles, e que achava que era mais um evento para Jaguariúna; comentou, também, sobre o Observatório Astronômico, que não tinha em Jaguariúna, Pedreira tinha e com uma aceitação legal, até que faleceu a pessoa que tocava lá, e que achava que era legal, dava para as escolas visitarem, a Terceira Idade, a população, turistas, e que ele tinha uma pessoa que tinha esses equipamentos, não teria nenhum ônus para o Município, e que precisava que se disponibilizasse um espaço, uma sala, independente do local, para que eles colocassem isso adiante; achava que era viável, daria para estar fazendo sim, e pediu à Secretaria Competente, ao Sr. Prefeito para que desse uma atenção especial para isso daí; com relação ao que ele tinha falado sobre o estacionamento na Faculdade, aquela pista principal, no sentido único ali, não tinha uma sinalização, era um pouco estranho, que era uma pista de acesso rápido, e que era perigoso acidente, e que estavam pedindo uma informação em relação, se tinha uma autorização, se tivesse que se sinalizasse, porque era iminente o acidente ali; disse que colocou também, uma rua que ele estava pedindo sentido único, aquela rua principal da Miguel Martini, defronte à linha do trem, rua Vigatto, e que aquela rua era complicada ali, tinha um movimento grande ali, estacionamento de carros dos dois lados,

muitas crianças na rua, e que eles pediram para colocar isso daí e achava que seria interessante, e na pior das hipóteses, estacionar só do lado do morador, que era o que seguia, e estar deixando livre o lado da calçada da linha do trem, para poder fluir o trânsito; disse que colocou uma, também, em frente ao Parque Luiz Barbosa, e que achava que era a rua José Bonifácio, era uma descida, seguiam os dois sentidos, era uma rua perigosa, tinha uma curva acentuada ali, uma descida íngreme, e pediu, também, que o certo era o sentido único e a construção de lombada, e que estava tendo acidente frequente ali, carro batendo em carro estacionado, era uma rua estreita, e pediu o apoio do pessoal competente para estarem resolvendo esse problema para eles; desejou boa noite e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que ele gostaria de reforçar mais uma vez, naquela sessão, o pedido que tinha sido feito, numa discussão, numa reunião entre os Vereadores, para discutir algumas questões administrativas desta Casa, colocado pelo Colega Bozó, inclusive na sessão anterior, e que eles não tinham tido, ainda, essa reunião, e que cada Vereador tinha sua particularidade e várias procuras nos seus gabinetes, e ele, particularmente, estava tendo uma procura muito grande de reivindicações das pessoas do Gabinete, e que acabavam tendo a estrutura funcional comprometida, e acabava tendo a quantidade de funcionário, a estrutura do Gabinete incompatível com a função do Vereador dentro da realidade que eles estavam tendo de demanda do Município de Jaguariúna; disse que tiveram questões da administração anterior, que eram questionadas, eram colocadas, eram discutidas na Câmara, tinham as situações atuais, e que via vários Vereadores questionando essa situação, e que foi colocada várias vezes a importância deles discutirem a estrutura administrativa, e que ele tinha algumas questões de Regimento Interno para serem revistas, questões de Legislação Orgânica, e que não tinham um momento para discutir com os Vereadores, passavam sessões e esses temas não eram discutidos; pediu, ainda, dentro dessa reforma administrativa, visando o interesse público, eles faziam requerimentos ali, pediam informações, e muitas vezes essas informações chegavam aos respectivos Secretários, e um exemplo, naquele dia, e que alguns Vereadores foram procurados, o Secretário recebeu a informação, tiveram discussões em período de campanha, e que ele, particularmente, tinha participado com o atual Prefeito, dessas discussões e dessa reivindicação, dos times de amadores, a discussão da Liga Municipal; disse que tiveram documentos encaminhados ao Ministério Público, com escândalo de corrupção envolvendo a Liga Municipal de Futebol, tiveram o compromisso de campanha

de tentar dar uma tratativa diferenciada a essas entidades amadoras, e que naquele dia tiveram a reunião da Liga, a Liga foi transmitida para um grupo de pessoas, que ele não tinha nada de particular com essas pessoas, mas sim com a forma que foi transmitida, e que foram pegos de surpresa e o Secretário recebeu um requerimento que foi votado ali, que eles gostariam dessa informação, e que não se transmitia a nenhuma entidade, o Poder Público não se relacionava com a entidade, que não esteve totalmente legal, seria transparente, até porque iria receber recursos públicos, e que isso acabava, na parte administrativa, prejudicando a função fiscalizadora da Câmara Municipal, então, era importante discutirem isso justamente por causa disso, e que mais uma vez ele via comprometida a função da Vereança, finalizava, mas repetia sobre a reunião entre os Vereadores para eles discutirem questões administrativas do relacionamento e do prosseguimento da situação funcional dos Vereadores; agradeceu pela atenção; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, dizendo primeiramente, de justificar seu voto contra a leitura simplificada dos ofícios do Sr. Prefeito; disse que nesses ofícios, tinham vindo dois projetos muito importantes, e que entendia que, quem saía de sua casa, vinha até na Câmara, os apoiar, tomar conhecimento, ele tinha que ter esse conhecimento, e que naquele dia a pauta estava leve, estava tranquila, e perguntou ao Sr. Presidente se eram duas horas o Expediente, e que, então, estavam tranquilos, e pediu que, pelo menos eles pudessem ler os projetos, encaminhados pelo Prefeito, encaminhados pelos Vereadores para que a população tomasse conhecimento, e que os Vereadores iriam tomar conhecimento, não tinha dúvida, iria para as Comissões estava à disposição deles, ali, e que ele ficava sempre com aquela sugestão, o Presidente estruturar o site da Câmara, para que se pudesse os projetos no site, que ficasse na semana que entrou até a próxima pauta, ficassem esses ofícios, requerimentos, indicações, os projetos do Prefeito, para que todos tomassem conhecimento; disse que isso não era uma implicância boba, só para ser “não”, e que o objetivo era informar, dar publicidade, dar informação; a seguir comentou que na semana anterior, ele convidou e eles já reuniram a Comissão deles, de Ocupação, Uso do Solo e Meio Ambiente, e nessa primeira reunião, já tiveram uma tratativa, com o Cartório de Registro, com o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna, e ele passou uma informação muito boa, que o Governo do Estado de São Paulo, em relação ao Arco Íris, aquele loteamento Arco Íris que estava irregular até hoje, há quase vinte anos, ele passou uma informação que o Governo fez um projeto, incluindo todas as esferas do Governo do Estado, inclusive o Judiciário, para que todos os

municípios regularizassem seus loteamentos, e que, então, era uma coisa muito boa, iria facilitar muito, ele precisava, e iriam encaminhar para o Prefeito, o Oficial iria encaminhar para ele, e eles iriam encaminhar para o Prefeito e o Prefeito iria fazer um convênio com as Secretarias das Cidades, e desse convênio seria feita a regularização, e que ele falou que seria uma coisa muito rápida, iria passar por cima de muita coisa até, afinal de contas, os moradores lá foram ludibriados, enganados, eram vítimas, e que eles precisavam desse apoio; disse que a Câmara iria continuar com esse trabalho, na Comissão deles, junto com o Magrão e o Romilson, e esse trabalho iria frutificar, através da Prefeitura que era o órgão competente, e que não queriam usurpar o poder dele, mas estavam ali para colaborar, participar, ajudar, em tudo o que fosse preciso; disse que isso para eles já tinha começado a frutificar, esse trabalho, e achava que todas as Comissões, também, e tinham que procurar, não esperar só, mas procurarem os problemas e irem atrás; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, deixando um convite a todos sobre o evento que iria ter no sábado, dia vinte e três, às oito da manhã, no Parque Serra Dourada, e que era o time de futebol do Alexandre Mudo, e pelo fato dele não falar, não escutar, ele conseguia mobilizar quarenta jovens, conseguia marcar o horário de ônibus, conseguia mobilizar toda essa questão bonita, bem civilizada e organizada, e na semana que tinha passado ele jogou em Holambra contra o time do Coríntias, e entre outras coisas disse que muitas vezes eles, com a perfeição que tinham, entre aspas, de escutar e falar, não conseguiam mobilizar nada, e que esse trabalho era muito bonito; convidou a todos, e que iria ser contra o Guarani de Campinas, a partir das oito da manhã, e deixava o convite a todos, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, em especial aos munícipes que vinham presenciar a sessão ordinária da Câmara Municipal; a seguir, disse ao nobre Colega, Gerson do Gás, que ele, de maneira alguma, quis expressar alguma coisa, mas que só achou que com a visita, ele, particularmente, ficou esclarecido nas questões que ele precisava, e achou que o nobre Colega, também, tinha ficado, e poderia ter poupado o documento, mas que tudo bem, respeitava sua posição; disse que foi muito boa a visita no Hospital, e que achava que a Vice Prefeita, Doutora Dora, que era a Secretária de Saúde, achava que tinha que estender as visitas dos Vereadores aos postos de saúde, em todo o atendimento, para que eles vissem como estava sendo e para eles terem a resposta da população; disse que indicou ao Sr. Prefeito para que fosse construído um portal nas entradas da Cidade, uma vez que como tinha comentado com o nobre Colega Adilson, ele tinha requerido o projeto do DER,

da duplicação da SP95, e que ela iria estender até a entrada da Roseira, iria ser um projeto muito grande para a Cidade, e tinha pedido, também, iluminação, e que a avenida do Cruzeiro do Sul iria seguir até lá na Roseira e que isso iria ser muito importante, e que tinham que acompanhar esses projetos, sim, para eles darem a opinião deles antes de serem construídos; a seguir ressaltou o requerimento de seu nobre Colega Romilson, na questão da Faculdade, e disse que já estava pronta uma indicação sua, mas tinha deixado para as próximas sessões, para não acumular os trabalhos ali, e para terem tempo de discutir tudo, e pediu aos pares, colegas, se entre eles pudessem dividir o trabalho deles, para que eles fizessem dentro do horário, aí eles conseguiriam se expressar, viriam, falaria, poderiam ler os requerimentos, as indicações inteiras, e tinha o tempo hábil para eles; disse que ali em frente à FAJ era corrido, sabia porque já tinha passado com o ônibus, e que era bem complicado, não tinha estacionamento, infelizmente, eram várias cidades, ou felizmente, poderiam dizer assim, mas eles não tinham um estacionamento adequado para embarque e desembarque dos alunos, e que daí eles tinham que parar na avenida, e uma coisa, até, também, que gostaria que ficasse registrado, foi retirado ali daquela avenida Luciano Poltronieri, a barreira eletrônica que lá existia, e que achava válido porque deveria ter encerrado o contrato com a empresa, mas seria de suma importância que colocassem de novo ali, ou um radar, ou uma lombada, porque, realmente, ali era perigoso, e que alunos, eles sabiam, iam conversando um com o outro, iam para o embarque à noite, e em dias chovendo, e que todos ali eram motoristas e sabiam, a visão atrapalhava, de repente atropelava um lá, e por isso era preciso tomar alguma providência, e por isso gostaria que o Departamento de Trânsito bem com o Planejamento, pudessem rever a questão da retirada daquela lombada eletrônica, ou colocasse uma lombada ou colocasse o radar; disse que no seu requerimento, também, e que iria até pedir aos pares que dessem apoio para ele, porque defronte ao Lavapés, todo dia tinha acidente ali, e repetiu que todo dia tinha acidente, e que tinham estado com o Secretário de Planejamento, aqui na Casa, o Flávio, quando ele veio falar dos apartamentos lá da Estrada Judite dos Santos, antiga estrada do Japonês, tinham que chegar na conclusão seguinte: quando mudasse todo o pessoal ali, eram oitocentas famílias, se cada família tivesse um carro, seriam oitocentos carros que iriam adentrar naquela avenida ali, também, e que achava que seria do Planejamento estudar, talvez próximo à FAJ fazer uma rotatória, e que fossem fechados aqueles dois cortes que tinham defronte ao Lavapés, e que ali, realmente, era crítica a situação, quase todo dia tinha acidente, ali e que, graças a Deus ainda não tinham tido acidentes fatais, que ele se lembrasse, mas era preciso prever;

agradeceu a todos, às funcionárias da Casa pelo atendimento aos Vereadores, agradeceu a todos, e unidos mais uma vez; dispensou um beijo no coração de todos, e que Deus abençoasse a todos, agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo, primeiramente, em resposta ao nobre Colega William, que da sua parte estava aberto para tentar qualquer reunião junto ao Executivo, mediante decisão de todos eles, e que achava que tinham que ter os momentos de reunião de Comissões, e que poderia ser discutido melhor essa aproximação para que eles pudessem ter uma resposta mais concreta do Executivo, e que esperava que eles decidissem, e passassem para ele, que ele poderia ser o intermediário para marcar, mas estava deixando essas reuniões a critério dos Vereadores, para eles conduzirem e que fizessem da melhor maneira possível, e que vinha até evitando participar das reuniões de Comissões, para deixá-los mais tranquilos e falar o que eles deveriam falar a respeito da Administração, e levantar os pontos que eram, realmente, problemáticos, e tentar solucionar, e que estavam ali para tentar resolver os problemas, e não ficar emburrando com a barriga; disse esperar que eles decidissem, e quisessem usar da sua pessoa para agendar algo com o Município, ele faria isso, mas senão, eles tinham essa autonomia, e disse para que ficassem à vontade para assim o fazê-lo; disse que tinha sido solicitada uma melhoria junto à estrada da FAJ dois, na questão do estacionamento, e que ele gostaria de aproveitar a oportunidade, e que estiveram em reunião com a empresa EMS, que tinha um galpão de distribuição, e tinha um outro galpão de produção da Tops, e eles anunciaram para eles um Plano de Investimentos para aquela região, eles iriam trazer mais duas unidades fabris para aquela localidade, ou seja, para gerar mais empregos e renda para o Município, primeiramente, naquele prédio onde estava a Tops, hoje, seria criada uma nova empresa de medicamentos e, conseqüentemente, uma empresa de complexo vitamínico, e que eles tratavam como alimentos isso daí, iriam duplicar a parte de armazenamento, e que esperava que além das decisões pontuais, ao longo daquela estrada do Tanquinho, esperava que pudesse ter um investimento mais maciço, porque aquela região iria crescer muito, haja visto, recentemente, o lançamento daquele condomínio do Haras Patente, e que sabiam do crescimento daquela região, e era sabido e ele estava falando, naquele momento, de pronto, que a empresa que já estava lá no local iria trazer mais duas unidades fabris, gerando mais emprego e renda para o Município; disse esperar que o Município se atentasse àquele local e produzisse ali investimentos que, realmente, ampliassem a malha viária, o atendimento de saneamento básico, o transporte, e pediu ao Adilson que fazia parte da Comissão que estava

elaborando novo estudo do Plano Diretor que, realmente, se atentasse àquela região, para que, realmente, a Prefeitura se antecipasse aos problemas que ali pudessem ser gerados; disse que ficava muito feliz que a empresa estava investindo, novamente, em Jaguariúna, e trazendo, como ele tinha dito, renda e emprego àquela região e ao Município de Jaguariúna; a seguir, comentou que teve um Vereador, ele não se lembrava quem, que fez uma solicitação ao Ministério Público Federal, solicitando cópia do processo da inicial da ASAMAS, e que tinham recebido, naquela semana, e que ele teve a oportunidade de ler, e assim como a Rita, gostaria ali, de declinar seu total apoio à Administração que lá se encontrava, e à fórmula de gestão da ASAMAS estava sendo questionada pelo Ministério Público Federal, e do pouco que ele leu na ação, percebeu a falta de informação que tinha o Ministério Público com relação ao assunto em questão, e que ele, literalmente, pegava na questão que a ASAMAS tinha sido criado muito rapidamente para administrar algo tão complexo, e ele tinha como argumento, que as pessoas da Administração Pública estariam vinculadas à ASAMAS, naquele período, e, realmente, estavam, e que entendiam que isso seria um processo de privatização e ao mesmo tempo, não; entre outras coisas disse que sabiam que o Conselho da Administração ali criado, nunca recebeu um recurso financeiro, nem remuneração pelos serviços prestados, era uma sociedade sem fins lucrativos, havia, na época, Secretários Municipais, Vice Prefeito, participando da Associação, e eles davam o entendimento de que a associação foi criada para burlar a lei de licitação, burlar os concursos públicos, mas ele não falava da agilidade do atendimento e aquilo que o Hospital proporcionou aos munícipes, ao longo desses treze anos de gestão; disse que gostaria de pedir aos nobres pares, que ele pretendia, na próxima sessão, fazer uma moção tentando elencar todos estes fatos que ocorreram junto com a ASAMAS, e que eles podiam fazer uma moção, encaminhar ao Ministério Público Federal, encaminhar à Justiça Federal, assim como à ASAMAS, para poderem, realmente, passar uma imagem diferente daquilo que eles estavam falando do Hospital; voltou a dizer que quando eles proporcionaram o modelo de gestão da ASAMAS, em dois mil, o Hospital Municipal, somente era Pronto Socorro e tinham somente a Maternidade que tinha acabado de ser operacionalizada, nada daquilo que existia, hoje, lá, na época, não existia; não tinham a clínica de especialidades, não tinham pequenas cirurgias, enfim, a maternidade estava precária, não tinham CTI, só existia um pronto socorro; disse que com os recursos que foram providenciados eles souberam, e a Administração que ali estava, realmente, proporcionou aos munícipes, um atendimento melhor na área de saúde; disse

que tinha muito para melhorar, ainda, sabiam disso, mas era muito diferenciado do modelo de gestão que tinha por aí, na Região; disse achar que cabia ao Município tomar uma iniciativa rápida, porque do jeito que estava indo ali, se este modelo de gestão fosse excluído e voltasse a administração ao Poder Público, primeiro, eles não tinham como absorver todos os funcionários, teriam que criar um processo para absorver ou novos concursos públicos para readmitir uma gama de médicos, enfim, para que lá desse o atendimento; disse que não tinham respaldo orçamentário de acordo com o que tinha observado com gasto de pessoal para absorver toda esta mão de obra, e contratar toda essa mão de obra, novamente, se fosse possível, e que estourariam os limites legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros problemas que aconteceriam, e que não teriam mais a intenção da parte patronal, e que isso dava ao Município uma desoneração muito grande; pediu aos nobres Pares, ao olharem o processo, que vissem, também, procurassem o Hospital, procurassem esclarecer suas dúvidas para que pudessem, realmente, fazer um trabalho em prol daquele modelo de gestão que esta ali; tendo esgotado seu tempo, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto encerrou sua fala, desejando boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados os seguintes projetos: 1. Projeto de Lei nº 002/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município de Jaguariúna e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI, do R.I.) Primeiramente foi feita leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, apresentando a seguinte emenda aditiva: acresce o Parágrafo Único ao Art. 4º do Projeto de Lei: “Parágrafo Único: São isentos dos preços públicos a que se refere o “caput” deste artigo, os órgãos da Administração Pública Indireta, a Previdência Municipal e a Câmara Municipal.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura, na íntegra do Projeto de Lei nº 002/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do

Município de Jaguariúna e dá outras providências. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão a Emenda contida no Parecer das Comissões Permanentes: acresce o Parágrafo Único ao Art. 4º do Projeto de Lei: “Parágrafo Único: São isentos dos preços públicos a que se refere o “caput” deste artigo, os órgãos da Administração Pública Indireta, a Previdência Municipal e a Câmara Municipal.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que a posição dele era contrária àquela emenda, pelo fato de que a isenção pública, que aquela verba não seria repassada para a Prefeitura, mesmo ela chegando do mesmo caixa, do mesmo local, seria uma ingerência da Prefeitura, porque contas distintas, a Prefeitura tinha a sua prestação de contas, a Câmara tinha a sua prestação de contas e como dizia a lei que a Câmara não era obrigada a publicar no Diário Oficial Municipal, ele acreditava que estaria completamente irregular e estaria gerando custos ao Município, então, aprovando aquela emenda naquele dia, eles estariam gerando custo ao Município se isentasse, mesmo a verba sendo repassada da Prefeitura, e sobre aquela isenção, com certeza, seria feito um impacto orçamentário e aquilo daria renúncia de receita da Prefeitura, então, o seu voto era contrário e ele pedia o apoio dos seus pares, para que pudesse até discutir, novamente, aquela emenda, porque ele acreditava que ela era inconstitucional, segundo o Jurídico da Câmara; a seguir, pediu a palavra o Sr. Willian de Souza Silva, que depois de cumprimentar a todos, disse que ele gostaria de esclarecer com o nobre colega, o Vereador David, que, então, ele não via necessidade deles se reunirem em comissão e o Sr. David se contradizia nos argumentos, uma vez que a emenda tinha sido na reunião da comissão, e ele tinha proposto a emenda junto com o colega Fábio Pina, e a emenda tinha sido discutida, aquela situação, tinham sido colocadas questões para o Bozó, e, naquele momento, ele defendia em Plenário que a emenda era inconstitucional, e tinha sido elencado, e ele tinha colocado, inclusive, que tinha sido colocado pelo Fábio Pina que não tinha lógica a Câmara pagar, se o recurso vinha da Prefeitura para a Câmara, não tinha lógica, também, a Câmara pagar para a própria Prefeitura, e ele tinha concordado com a emenda, e eles perderam mais de uma hora discutindo o assunto, mas daí ele chegava, naquele momento, e era contrário à emenda; portanto, ele não via lógica no trabalho do Legislativo, e também o Sr. Presidente havia colocado que não seria aceita nenhuma emenda que fosse inconstitucional, e ele próprio tinha tentado por duas tentativas colocar duas emendas e o Sr. Presidente não aceitou, e naquele momento tinha sido aceita, então, que ele precisava dar uma uniformidade nos trabalhos porque ele não estava entendendo os trabalhos do Legislativo, porque ora o Presidente

aceitava e tinha colocado que o Jurídico não poderia fazer emenda e o Jurídico tinha feito; o Vereador tinha discutido na Comissão e eles poderiam ter otimizado o tempo e não terem perdido aquele tempo lá e o projeto já teria sido aprovado, e naquele momento o Vereador chegava e falava que era inconstitucional e o Presidente aceitava, então, ele achava que eles precisavam ter uma maior transparência nas atitudes do Legislativo, para terem uma uniformidade, porque acabava confundindo o trabalho e ele acabava ficando como um palhaço e que desculpassem o termo, mas se eles não tivessem uma ordem nos trabalhos; disse que ele não sabia porque ele tinha ido na reunião de Comissão e discutido o projeto; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto, dizendo que ele só queria deixar claro para o nobre Vereador, que no dia anterior ele teve de se retirar por problemas pessoais antes do final da reunião de Comissão e aquela emenda não estava pronta, estava em discussão, e quando ele teve noção daquilo, pela manhã daquele dia, ele, simplesmente, se colocou contrário a ela e conversou com alguns Vereadores que estavam na Câmara, então, que sua posição não tinha sido favorável a ela e que ele tinha se retirado antes de terminar a reunião de Comissão; falou que, inclusive, a respeito de se beneficiar, também, a Previdência do Município, a Prefeitura ia arcar com as despesas para os dois anos e ele, também, achava injusto eles terem aquele benefício sendo que eles tinham a renda deles e era descontado do funcionário público, então, com certeza existia renda para poderem pagar aquelas publicações que, atualmente, eram pagas, então, a Câmara mesmo que pagava, atualmente, para o Jota Jota, no futuro se quisesse continuar pagando para o jornal, iria poder pagar, então, ele queria saber se aprovando aquela emenda iria existir a obrigatoriedade de ser publicado no Diário Oficial do Município, sendo que não iria gerar custos, e o que seria alegado para o Tribunal de Contas, iria poder ser publicado em qualquer jornal ou teria de ser publicado para o Diário Oficial do Município, sendo que o Diário Oficial do Município era gratuito, então, ficava também uma dúvida, que ele queria perguntar para os nobres pares; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez, que depois de cumprimentar aos presentes, disse que ele não fazia parte da Comissão, mas era interessante, porque se eles fossem publicar no Diário Oficial, a Câmara poderia no Diário Oficial ou não, ou em outra imprensa, e ele não conseguia entender como ficaria no caso de uma concorrência pública, porque a Câmara para publicar ela teria de ter uma concorrência pública e a Prefeitura cobrando, eles não sabiam o valor, teria de fazer uma concorrência pública, ele não sabia se a Prefeitura poderia participar de uma concorrência pública, tinha ficado uma situação embaraçosa, um nó

com as pontas presas; disse que eles não eram obrigados a publicar no Diário Oficial, mas a Câmara teria que publicar os seus atos, e para publicar os seus atos fazia uma concorrência, e questionou como ficaria a situação, se a Prefeitura poderia entrar na concorrência, e se a concorrência ficasse maior do que o valor da Prefeitura, ele estava sem aquela resposta e gostaria de saber se alguém poderia responder, se a Comissão tinha estudado aquilo, como tinha ficado aquilo; em seguida, pediu a palavra, novamente, o Sr. Willian de Souza Silva, mais uma vez cumprimentou os presentes, dizendo que ele pedia, mais uma vez, licença para discordar do nobre colega, com todo o respeito, mas que, então, ele seria mentiroso, e os nobres colegas estavam lá, e antes dele sair da sala ele tinha sido favorável à discussão do Fábio Pina, dizendo que ele concordava, e ele tinha saído de lá falando que ele era favorável à emenda porque, inclusive, eles tinham discutido o verbo do artigo quarto da emenda, e ele tinha participado da discussão e até do nobre colega Adilson, eles tinham verificado que no artigo quarto, o Executivo poderia oportunizar a utilização do Diário Oficial, ele não obrigava a Câmara a utilizar o Diário Oficial, até porque a Câmara tinha um contrato em vigência e deveria ter ocorrido licitação de um jornal de circulação local, e ficava facultativo ao Presidente, se ele iria utilizar o Diário Oficial, a Imprensa Oficial iria continuar tendo tratativa com outras imprensas, então, o Executivo não obrigava e se o Executivo achasse que iria ser onerado, ele não oportunizava a Câmara no projeto, mas ele achava que seria interessante eles incluírem a Câmara Municipal, a Previdência, também, porque lá não estava claro, ele não sabia se os demais Vereadores tiveram aquela certeza de que os servidores seriam onerados ou não, lá não estava claro, então, eles não tinham como saber se ia ter aquela oneração e aquilo ia gerar uma discussão futura se eles onerassem os servidores públicos através da Previdência; disse que tinha sido discutida aquela situação, que não ficava obrigado a Câmara Municipal a participar da Imprensa Oficial, mas uma vez que todos tinham uma imprensa, que o custo era muito mais baixo, que aquela finalidade da criação da Imprensa Oficial para a publicação dos atos, seria interessante a Câmara Municipal participar, e lá eles não estavam dentro do verbo do artigo “poderá oportunizar”, obrigando, dando uma ordem ao Executivo para ele cumprir aquela situação, diante da lacuna e até em um parágrafo suplementar acrescentado, cabia ao Executivo vetar o parágrafo e não iria prejudicar a essência do projeto e, então, fariam jus à discussão que tiveram por mais de uma hora lá e discutindo, e o Bozó deu seu parecer, o Fábio Pina deu sua posição, os Vereadores tiraram suas conclusões, o Guga tinha colocado a sua conclusão, então, tinham de respeitar aquela reunião que tiveram, que

tinha sido de importância e tiveram alguns assuntos para discutir; disse ao Adilson que tinha sido colocado lá, tinha sido cogitada a possibilidade de não se mexer e depois tinha sido discutida a situação da emenda e foi aquele entendimento que eles tiveram, então ele achava que seria interessante, já que tinham discutido aquilo, aprovarem e se o Executivo, com todo o respeito, achasse que aquele emenda não era pertinente dentro das suas prerrogativas, ele vetava a emenda, pelo menos eles tinham feito uma discussão plausível e atenderam aos interesses da população; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que aquela Casa estava discutindo e aquilo era natural, era normal, era saudável aquela discussão, e ele imaginava que se a Prefeitura cobrava e a Câmara pagava, iriam ter o problema da concorrência, que ele não sabia como seria, onde se encaixaria, porque ele não era especialista, ele não sabia se o Jurídico teria alguma coisa a dizer, então, ele seria favorável à emenda porque eles estariam resolvendo aquela questão, aquele impasse, e sendo gratuito não tinha concorrência que ganhava, porque a privada não iria ganhar da concorrência pública, e era aquela questão do ovo e da galinha, quem tinha vindo primeiro, porque na verdade, se tudo onerava, nada onerava também, porque a Câmara pagava fora, o dinheiro chegado dos cofres públicos, e se a Câmara deixava de pagar para a Prefeitura e a Prefeitura tinha tido um custo, o dinheiro tinha chegado do mesmo lugar, era a questão de quem tinha vindo primeiro, o ovo ou a galinha, e ele achava prático, achava lógico aprovarem a emenda pelo fato de resolverem a questão da concorrência, porque se a questão era do custo zero, não tinha como fazer concorrência, ia ter de publicar por uma questão legal, que ele falava de menor preço, e se o menor preço era zero, tinham de publicar no Diário Oficial, então, ele era favorável naquela questão, e não eram relevantes os custos, nada, mas a questão de ter de publicar no Diário Oficial ou imprensa, a concorrência tinha ficado embaraçosa, mas com a emenda, eliminada a concorrência; em seguida, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou os presentes e disse que aquela questão que o Adilson tinha colocado a respeito da licitação, no caso se o Executivo poderia no projeto de lei, a Câmara publicar também no Diário Oficial, que seria um jornal editado pela Prefeitura e a Câmara publicaria lá também, ele tinha colocado “poderá”, porque a Câmara não poderia obrigar, pela independência dos poderes Executivo e Legislativo, não poderia obrigar que o Legislativo publicasse na Imprensa Oficial do Jornal, e em relação à licitação, na lei de licitação tinha um artigo que dispensava a licitação; comentou que se o Município quisesse alugar um imóvel e se, às vezes, o imóvel que ele precisava estava na região central da cidade, ele tinha um valor

e o prédio, o órgão para ser instalado precisava ser no centro da cidade, e se fosse fazer uma licitação, alguém lá em um bairro distante, um prédio, o valor daquele aluguel lá, talvez, fosse mais barato, portanto, poderia estar dispensando porque seria interessante que o imóvel fosse no centro da cidade; aquilo era só um exemplo de como poderia ser dispensada a licitação; disse que ele entendia, também, que no caso da imprensa oficial seria a mesma coisa, e que poderia ser dispensado desde que o valor fosse compatível, então se publicassem em um jornal comercial, de circulação no Município, ele cobrava “X” por centímetro de coluna, se fosse fazer no Diário Oficial, ele cobraria um valor bem maior, então, iria publicar no jornal comercial que iria custar menos para a Câmara, daí poderia estar dispensando a licitação para publicar na imprensa do Executivo se fosse ao menos o mesmo valor, porque o valor tinha de ser compatível e poderia dispensar desde que o valor fosse compatível, porque se ele fosse maior, então, publicaria no jornal comercial porque o custo ficaria menor para a Câmara, e que poderia, sim, dispensar no caso se a Câmara tivesse que pagar para a Prefeitura, Imprensa Oficial e o valor fosse maior; disse que ele era favorável e que ele ficava em uma situação em relação àquela emenda porque era um projeto que tinham de tomar cuidado mesmo, por causa da inconstitucionalidade, ele respeitava, achava que estava certo e que a qualquer momento, qualquer Vereador tivesse uma opinião sobre o projeto, e depois estudar o assunto e manifestar outra opinião lá, ele achava que era perfeitamente normal aquilo, então quanto a isso ele respeitava bastante a posição do David; em seguida, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina, que cumprimentou a todos e disse que queria manifestar também a sua opinião favorável à emenda, ressaltando que ele também compactuava com a posição do Bozó, com relação à opinião dos Vereadores, porque ele se reuniram em uma reunião de Comissão e a grande maioria dos Vereadores tendo a possibilidade, compareciam; disse que ele respeitava a opinião do David e ele não ia falar da reunião, porque o que acontecia lá dentro, ele achava que acontecia lá dentro, e ele ia discutir lá, e aquela era a sua opinião, e ele não ficava citando o nome de quem tinha falado, de quem não tinha falado, até porque era constrangedor, porque cada um tinha a sua opinião e tinham de seguir, até porque entravam vários assuntos no meio, outros projetos, e acabava gerando uma certa descontração lá dentro, e o que ficava lá, ficava lá, aquela era a sua opinião e ele achava que só mudava de opinião, quem tinha opinião e se a pessoa tinha estudado, ela achava que era isso; também, ressaltou que ele já tinha falado para o Presidente que ele, também, era contra, ele achava que ele tinha de permitir aos funcionários da Casa que fizessem as emendas e ele

decidisse se colocava em votação ou não; disse que aquela era a opinião dele e ele respeitava e já tinha falado sobre ela, e era uma prerrogativa do Presidente, mas ele tinha sido bem claro, também, quando ele disse que aceitaria as emendas da Comissão, se elas chegassem da Comissão de Justiça ele aceitaria, que ele não aceitaria se fosse feita individualmente e que se ele entendesse inconstitucional, e aquilo tinha sido bem esclarecido, ele também tinha deixado bem claro aquilo, apesar dele não concordar, porque ele achava que tinha de colocar em votação e o Plenário decidia, ele achava que até tinha aquela prerrogativa no Regimento Interno da Casa, então, era isso que ele queria dizer e ele achava que o projeto era de grande valia e, com relação à licitação da Prefeitura, se aprovada a emenda, a Prefeitura fazia a licitação para publicar, era algo que já tinha ocorrido e que, atualmente, tinham o Prefeito e o filho do Prefeito na Presidência da Câmara, então o diálogo era melhor e, futuramente, poderia ser que o Presidente fosse oposição do Prefeito ou o Prefeito oposição, ele não sabia, e acabaria tendo um conflito, e que, atualmente, era mais fácil pensar daquela maneira, mas depois poderia ser que tivesse um custo porque, também, era por decreto a regulamentação, mesmo baseado na licitação, mas eles sabiam que poderia ter aditamento, poderia até ter uma porcentagem e aumentar, então, ficava lá o seu posicionamento; a seguir, o Sr. Presidente disse que a respeito daquilo que o Bozó estava falando sobre a dispensa da licitação e, era bom deixar claro, que o intuito do projeto era dar publicização daquilo que estava acontecendo, e se a imprensa ia ser de graça para o povo, o jornal não ia ser cobrado do povo, poderia ter um custo para a Câmara, mas não seria cobrado do povo e mesmo se aquele custo fosse maior para a Câmara, se o objetivo se fosse alcançado em dar publicidade, valeria a pena, e era um ponto que poderia ser colocado em um processo licitatório do Município e a Câmara só vincularia os artigos, algo oficial em imprensa gratuita ao povo, e como a imprensa era gratuita ao povo, eles poderiam pagar o preço público que iria ser dado por uma tarifa apresenta por decreto, então, era questão de gerenciamento, mas, respeitando a emenda da Comissão, por isso que estavam discutindo ela lá, mas como ele havia tido aquele compromisso de que, realmente, as emendas da Comissão ele aceitaria e teria aquela prerrogativa dada à Comissão e as emendas oficiais ele, realmente, iria segurar e não iriam ser colocadas em discussão; em seguida, pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que, complementando a respeito das emendas, como bem o Zidane tinha falado, aquela emenda era um parágrafo em um artigo no projeto de lei e o Executivo tinha a prerrogativa de vetar, o Jurídico do Executivo verificando a inconstitucionalidade de emenda, daquele parágrafo, poderia

vetar, e aquele veto voltaria para a Câmara e a Câmara teria a oportunidade de saber a opinião do Executivo em relação àquela emenda e, também, o Presidente tinha a prerrogativa de recusar uma emenda se ela fosse flagrantemente inconstitucional, daí, sim, ele poderia falar que não aceitava aquela emenda; disse que o Vereador protocolava a emenda na Secretaria e chegava para o Presidente e ele poderia dar um despacho naquela emenda, ele poderia sim, então, era por isso que ele iria votar favorável, também, àquela emenda, porque se por acaso ela fosse vetada, ela não iria alterar, como o Zidane tinha falado, a essência do projeto, então, o Executivo, analisando a emenda e se fosse inconstitucional, ele tinha a prerrogativa de vetar e aquele veto chegaria na Câmara para analisar depois; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Willian de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que ele queria esclarecer a atitude, até não tinha sido nada individualizada, até o Fábio Pina, o colega David, o Bozó, ele respeitava, ele achava que até a prerrogativa mudava a opinião, o Vereador verificava alguma irregularidade, ele ia lá e mudava, mas também tinha aquela questão de respeito na situação, que eles foram lá e discutiram, não tinha sido um fato fora da situação e tinha havido um consenso lá, e que eles eram pegos de surpresa quando havia uma mudança brusca de uma situação que havia sido colocada à evidente inconstitucionalidade da norma, e ele foi pego de surpresa que não tinha sido discutido, e ele respeitava, e quando havia uma situação a posição dele ele mantida, até porque ele não queria ser deselegante, mas ele achava que tinha sido deselegante a conduta do Colega, e ele gostaria que ele respeitasse a sua situação, mas não era nada pessoal, mas a questão era que eles conversaram, inclusive sobre o assunto, e até ele questionava mais uma vez a sua interpretação do Regimento Interno, porque como o Bozó tinha colocado, evidentemente inconstitucional a emenda, ele achava que o Vereador tinha de ir e colocar e ela tinha de ser proposta, e aquele tinha sido a sua interpretação do Regimento Interno, e se o Plenário achasse que era inconstitucional, então, que vetassem, vetassem, mas ela tinha de ser discutida, ele não poderia simplesmente ter o ato, até porque ele discordava da situação de ser somente na Comissão, até e porque a Comissão tinha toda uma análise jurídica e ele achava que tinha de ter aquele respaldo jurídico e daí eles davam a competência jurídica toda para o Presidente que até não tinha a formação jurídica, ele tinha a competência, mas como ele ia declinar lá flagrantemente constitucional; naquele momento, o Sr. Presidente solicitou ao Vereador que se ativesse à discussão somente da emenda, por questão regimental; o Sr. Vereador Willian disse que ele só estava questionando porque tinha sido mencionada a situação, e

que ele era favorável à emenda, e que ele ia se inscrever na Explicação Pessoal, porque o Presidente havia alicerçado a palavra e ele havia sido citado. A seguir, em discussão a referida emenda foi a mesma aprovada por onze votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. David Hilário Neto. A seguir, em Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 002/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município de Jaguariúna e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Arlindo Correa Nascimento. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão, e em Votação Secreta, foi realizada a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abruhez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. A seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, rubricadas pelo Presidente; em seguida, determinou a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação o Sr. Presidente convidou os Vereadores Alexandre da Silva Santos e Ângelo Roberto Torres para auxiliarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: treze votos favoráveis. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “1”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Arlindo Correa Nascimento, foi aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que, mais uma vez, cumprimentou a todos e disse que só queria esclarecer quando ele tinha falado lá, em relação à avenida Antartica, que eles percebiam lá bastante material jogado na calçada, em toda a extensão, a partir de trás do cemitério até o ponto de ônibus da rodovia; então, toda aquela extensão eles percebiam muito material jogado, ele havia encaminhado

um email para a AmBev, já que em frente à AmBev, onde paravam os ônibus que transportavam o pessoal, os funcionários, o pessoal que prestava serviços, lá ficava muito material, também, então, aquele email foi para que a AmBev trabalhasse com os funcionários, com os colaboradores em relação a consciência de não estarem jogando material lá, também, porque ele supunha, não poderia afirmar, mas supunha que fossem pessoas que prestavam serviços para a AmBev que estavam jogando, mas, que em toda a extensão ele via e por isso ele queria esta fazendo uma indicação; disse que pensou, também, porque na galeria de água lá se via muito material e quando chovia a tendência era todo aquele material chegar no rio Jaguary e ele já tinha visto em alguns municípios que era colocado um tipo de uma gaiola dentro da galeria, para que retivesse aquele material e, se fossem analisar a parte financeira, ele achava que ficaria bastante oneroso para o Executivo estar fazendo em todas, e a sugestão era para que lá embaixo perto do rio Jaguary fizesse uma para que retivesse aquele material, e se todos tivessem a oportunidade, em época de chuva, olhassem para as margens do rio Jaguary e iam ver que na vegetação ficavam muitas sacolinhas plásticas grudadas, pregadas na vegetação, então, ele acreditava que na escola era o lugar ideal para que trabalhassem aquela consciência, para que mudassem aquela prática, para que tivessem uma atitude diferente, para que todos tivessem cada vez mais um planeta melhor, e ele supunha que a atualidade não iria passar por dificuldades como as gerações que estavam chegando, como a netinha da Rita que tinha acabado de nascer, então, talvez, a consequência de não trabalhar direito a parte da Ecologia, quem ia sofrer, seriam as futuras gerações, por isso que ele pedia aquele trabalho de conscientização naquele sentido; disse que ele só queria esclarecer; quando ele tinha passado o email no ano passado, para eles, para que eles, também, fizessem aquele trabalho lá; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Willian de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos dizendo que ele gostaria de esclarecer a sua atitude tomada durante a sessão, através do mecanismo da Explicação Pessoal e reforçar mais uma vez, direcionado ao Sr. Presidente que ele achava que não precisava daquela deselegância, ele tinha de ser imparcial, ele não poderia cercear o término da fala, uma vez que tinha sido direcionado o questionamento, justamente de uma conduta, e até humildemente ele falava que tinha sido surpreendido no decorrer da semana por um ofício do Sr. Presidente, falando que ele tinha uma indicação semelhante com a nobre Vereadora Rita e a indicação dele tinha sido negada no dia da sessão, e por isso que ele falava da reforma administrativa, porque ele achava uma falta de respeito com o Vereador, que no dia da sessão, faltando algumas horas para a sessão, ele ter

um ofício assinado pelo Presidente falando que a indicação dele não seria levada ao Plenário, tendo em vista que ela era parecida com a da Vereadora Rita, e ele via na ata lá, a indicação número oito e a trinta e cinco idênticas, então, ele não via lógica, evidentemente as duas indicações; naquele momento, o Sr. Presidente solicitou um aparte ao nobre Vereador, o qual não respondeu, e continuou dizendo que ficava em uma situação vexatória com aquela conduta e pediu ao Sr. Presidente que verificasse aquela situação, porque ele via que ele tinha de respeitar a situação dele, porque ele via com um cerceamento do trabalho funcional de Vereador, uma vez que o Sr. Presidente se posicionava de uma forma e agia de outra, e estava lá, evidentemente, na ata, evidentemente, as duas indicações, então o pau que batia Chico, batia Francisco, então tinha de colocar ordem na Casa e tocar de uma forma administrativa e não colocar de uma forma coesa, expressiva perante os funcionários da Casa, porque ele ficava como um intransigente, uma vez que ele tinha questionado que a indicação não era nem parecida, e ela falava de assunto adverso; a seguir, tomou a palavra o Sr. Presidente, antes passando os trabalhos da Mesa ao Sr. Vice Presidente, Adilson José Abracez e, na tribuna, depois de cumprimentar a todos, disse que, ele só gostaria de terminar a sua fala no Expediente com relação à composição da ASAMAS, que havia um entendimento equivocado por parte da Promotoria, onde ele questionava a participação do Vice Prefeito, Secretários Municipais, enfim, e disse que todo o objetivo era que, realmente, a Administração Pública participasse do processo e ordenasse a organização que estava sendo criada para administrar o Hospital, ela queria ter o poder de lá resolver os problemas estruturais do Hospital, então, de nenhuma forma tinha sido passado os trabalhos a um ente que não fosse alguém de muito conhecimento da Administração Pública, por isso que ele tinha aquele questionamento e a intenção, realmente, com aquilo era ter a administração na mão, porque o Município, atualmente, se o SUS mandava três milhões para o Município em recursos oriundos do Governo Federal, o Município encaminhava trinta milhões para o Hospital, se o Município deixasse de encaminhar para o hospital, fechava o Hospital, por aquilo que o Município tinha toda aquele interesse de ter pessoas lá, ligadas à Administração Pública que, realmente, fizessem um trabalho a contento da população, e a ASAMAS, atualmente, prestava um serviço na UPA, que tiveram a entrega da UPA, recentemente, e ela tinha sido entregue antes da eleição passada e se não fosse através da ASAMAS assumir a administração da UPA, não teriam como colocar a UPA em funcionamento, então, que ele gostaria só de citar aquilo, o serviço relevante que fazia a ASAMAS no Município; falou em seguida, voltando à sua conduta, ao nobre

Vereador Zidane, ele gostaria, realmente, de pedir a ele que tivesse um pouquinho mais de calma ao discutir com ele as situações, e ele sabia que o Vereador, as vezes, se tomava por decisões precipitadas e tinha acabado de dizer que existia na pauta, que ele tinha, realmente, podido perceber que tinham matérias idênticas, e daquela vez a matéria idêntica era da nobre Vereadora Rita que tinha protocolado depois, a matéria tinha sido retirada da pauta e não tinha sido lida, e o nobre Vereador não tinha reparado naquilo e além dele não ter reparado naquilo, ele, também, não andavam lendo o Regimento; naquele momento, a senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco pediu um aparte e dizendo que inclusive era igual a dela que havia sido retirada, porque ele já havia protocolado; o Sr. Presidente continuou sua fala dizendo que havia sido retirada naquele momento, antes de ser iniciada a sessão, e que erros aconteciam e eram normais, mas era que o nobre Vereador, realmente, achava que era tudo perseguição ao nobre Vereador, ele tinha aquela preocupação, enfim, e ele não sabia o porquê, mas ele gostaria só que o nobre Vereador se ativesse, e que ele não sabia se ele tinha percebido, mas a indicação da nobre Vereadora Rita que era a indicação trinta e cinco não tinha sido lida, inclusive ela tinha sido retirada até da pauta que estava demonstrada à população; e com relação aos trabalhos das Comissões, ele disse que respeitava os trabalhos da Comissão, ele ia respeitar tudo aquilo que a Comissão tivesse que discutir, eles tinham de respeitar a opinião do David, que tinha sido voto vencido, eles tiveram lá quase trinta minutos por causa de uma emenda, que eles sabiam do desfecho dela, então, na sua opinião aquilo iria levar mais um trabalho jurídico, tanto para o Município, quanto para a Administração Pública e depois, futuramente, para a Câmara, se aquilo fosse vetado, seria uma outra discussão que teriam lá de novo, então, era tentar evitar, realmente, assuntos que ele achava, na sua ótica que eram inconstitucionais, mas ele voltava a dizer que estava respeitando a opinião das Comissões e aquilo que estava sendo discutido dentro delas, da qual todos os Vereadores tinham condições de participar e opinar, então a Comissão apresentava o relatório, apresentava a emenda e ia para o Plenário, daí o Plenário era soberano e discutia, e o que ele não ia aceitar era em regime de urgência, que tinham de votar no momento da sessão, um projeto que ao seu ver, era inconstitucional, aquele era o único momento que teriam de cerceamento das prerrogativas; disse que ele esperava que o nobre Vereador não estivesse se achando como palhaço, porque não era aquela a função de um vereador, e em nenhum momento eles estavam querendo dizer que ele estava se passando por aquilo, não era daquele forma e ele, como Presidente, estava tentando conduzir os trabalhos para evitar uma discussão

que, às vezes, ele acalorava, passava para outras esferas e eles acabavam tendo um conflito de relacionamento, e que as opiniões eram divergentes mesmo, elas tinham de ser respeitadas, mas ele queria que o Vereador respeitasse a dele também, e a conduta por parte dele na Câmara iria ser aquela, e ele voltou a dizer que ele ia respeitar as opiniões dos nobre pares junto às Comissões, e depois chagava exaustivamente debatido na Casa, mas nada impedia que lá no Plenário tivessem opiniões diferentes, porque aquele era o momento, mas o que tinha sido discutido dentro de uma reunião de comissão, ele achava que tinha de ficar dentro de uma reunião de Comissão, e tinham de respeitar o que tinha sido debatido, o que tinha sido falado, deixado de falar, aquilo era até questão de ética com os Vereadores, uma questão de respeito aos nobres Vereadores, de um posicionamento que poderia haver em uma discussão interna da Câmara, então, o que estava lá tinha de ser respeitado, não tinha de dispor a opinião em determinada matéria em Plenário, daquilo que ele tinha, a votação dele ia ser daquilo que ele ia querer se expressar; disse que eles tinham de respeitar, e ele esperava que nas reuniões de Comissões, o que se discutia não fosse para o Plenário, porque não era aquele o objetivo, porque eles tinham de discutir a matéria que eles estavam tentando dar o desfecho que era a votação, e quando ele cerceou a palavra do Vereador, era porque ele já estava passando para uma outra matéria que não tinha nada haver com a questão da emenda, e eles estavam discutindo apenas a emenda, tanto que depois a discussão e a votação tinham sido simples, rápida e objetiva e era aquilo que eles esperavam, porque eles não estavam lá para fazer nenhum palco, nenhum circo, ninguém queria considerar ninguém de palhaço, porque não era aquele o objetivo dele, de considerar ninguém de palhaço, pelo contrário, lá era uma Câmara e tinham de respeitar e esperar que ele também desse o devido respeito, era aquilo que ele pretendia falar; e que a hora em que ele estava tentando falar com ele e ele solicitou um aparte da qual ele não tinha dado e ele respeitou, sendo que ele poderia ter cerceado a palavra dele, novamente, e que foi no sentido de que ele estava falando outra besteira, falando que ele tinha duas matérias iguais da qual uma já tinha sido retirada, e aquilo acontecia, eram erros, eram profissionais que trabalhavam, ele mesmo tinha dado uma lida na pauta e não se ateuve, falou, ainda, para a Alzira que estava tudo certo, mandou publicar e passou por ela batido também, pegou a matéria antes de tirar, falou com o Gerson, se a estrada do Santa Francisca, que para ele a estrada do Santa Francisca era lá perto do Florianópolis, não era na do Camata, que todos conheciam como estrada do Camata, porque os dois estavam falando da estrada do Camata e os dois se referiam à estrada do Camata e os dois da devida estrada como Santa Francisca,

e os dois davam acesso à Fazenda Santa Francisca, mas a estrada da Fazenda Santa Francisca era lá perto do Florianópolis, era aquela que era a estrada da Fazenda Santa Francisca, era lá perto do Florianópolis, e quando a do Gerson falava em oitocentos metros, daí ele viu que era a mesma, realmente, e que então tinha de tirar, e tirou naquele momento; disse que não era perseguição, e daquela vez tinha sido o contrário, e ele pedia desculpas e esperava, realmente, não tratar ninguém lá como palhaço, não era aquele o objetivo dele e deveriam dar o devido respeito e ele achava que todo mundo seria respeitado, principalmente, a instituição Câmara. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dois de abril de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Presidente**

**Vereador Adilson José Abracez**  
**Vice Presidente**

**Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco**  
**Primeira Secretária**

**Vereador Ângelo Roberto Torres**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

